

ENSINO PRIMÁRIO NA 1ª VILA CRIADA NO RECÔNCAVO BAIANO: JAGUARIFE

Antonietta d'Aguiar Nunes
Historiógrafa do Arquivo Público da Bahia
Profª adjunta de História da Educação na FAGED/UFBA
antoniettaan@terra.com.br

Introdução

A vila de Jaguaripe foi a primeira criada no Recôncavo baiano depois da vila do capitão donatário Pereira Coutinho (1535) e da cidade do Salvador, construída pelo primeiro governador geral para ser a capital do Estado do Brasil (1549). O governador geral do Estado do Brasil, D. João de Lencastro (1694-1702), baseando-se na autoridade conferida pela Carta Régia de 22 de maio de 1693, criou em fins do séc. XVII três novas vilas no Recôncavo baiano: **Jaguaripe**, instalada em 15 de dezembro de 1697, Cachoeira instalada em 7 de janeiro de 1698 e São Francisco do Conde, em 16 de fevereiro de 1698.

A vila, cujo povoamento começara pela transferência da aldeia administrada jesuítica de Vera Cruz por ocasião da epidemia de varíola ocorrida na ilha de Itaparica em 1563, situa-se a 12 km da foz do rio Jaguaripe, considerado o limite sul da baía de Todos os Santos. Pouco antes da foz, chega ao rio Jaguaripe o seu afluente rio da Dona, o que faz com que a hoje cidade de Jaguaripe tenha dois portos: o do rio Jaguaripe e o “outro porto” no rio da Dona, sendo considerada a “Mesopotâmia baiana”.

Aulas Régias, depois Nacionais em Jaguaripe no começo do séc. XIX

Temos notícia, por Luís dos Santos Vilhena, professor Régio de Grego em Salvador na oitava de suas Cartas soteropolitanas, de uma escola régia de primeiras letras funcionando em Jaguaripe no ano de 1798, quando ele escreveu (VILHENA, 1969, v.I, p.285).

Depois da vinda da Família Real para o Brasil em 1808, o Príncipe Regente d. João continuou a política iniciada pelo Marquês de Pombal, ministro de seu avô D. José I, de criação de Aulas Régias, sempre que solicitado pelos governadores das capitanias, tendo inclusive estabelecido no termo de Jaguaripe uma cadeira de primeiras letras para Estiva e Aldeia, criada por decreto de 26 de maio de 1812 (SILVA, 1931, p.53, nota 102).

O Brasil foi elevado a Reino pelo Príncipe Regente D. João, em 16 de dezembro de 1815, adquirindo assim total independência administrativa de Portugal. Em 1820 os portugueses fizeram uma revolução constitucionalista em que pretenderam acabar com o reino do Brasil, fazendo-o retornar à condição de província ultramarina portuguesa, seguindo com isto as recomendações do Congresso de Viena de que a situação política dos vários países europeus voltasse ao que era antes da Revolução Francesa. Depois deste Congresso em 1815, embora continuassem como monarquias, vários países europeus - inclusive Portugal - fizeram revoluções constitucionalistas, limitando o poder antes absoluto dos reis. Os brasileiros enviaram também deputados às Cortes Constituintes em Lisboa com o intuito de contribuir para uma constituição única para os três reinos unidos: Portugal, Brasil e Algarves.

As Cortes Portuguesas exigiram logo que o Rei retornasse a Lisboa com toda a sua família, mas D. João, receoso dos movimentos de independência que já tinham ocorrido em toda a América Espanhola, ao voltar com a Família Real em 1821, deixou no Brasil como Príncipe Regente seu filho e herdeiro D. Pedro, recomendando-lhe que, se por acaso os brasileiros pretendessem a independência de Portugal, que ele tomasse a frente do processo, pois o então rei D. João VI (a rainha D. Maria I falecera em março de 1816) preferia que o Brasil ficasse independente tendo à frente seu filho, que o haveria de respeitar, e não outro aventureiro qualquer.

Os portugueses, acostumados anteriormente a terem grande conforto a partir dos impostos arrecadados em função das riquezas brasileiras, pretenderam, além de ter o rei de volta a Portugal, terminar com a autonomia do Reino do Brasil, fazendo-o voltar à condição de província ultramarina portuguesa, anulando várias das repartições autônomas criadas por D. João. Os deputados brasileiros às Cortes, por não concordarem com isto e vendo que estavam em minoria, decidiram se retirar do plenário, voltando às Câmaras Municipais que os elegeram onde contaram as pretensões da maioria dos deputados portugueses. As Câmaras Brasileiras insistiram em que o Brasil continuasse Reino autônomo e elegeram o Príncipe Regente D. Pedro como “Defensor Perpétuo do Reino do Brasil”, tal como pretendia D. João VI.

As Cortes de Lisboa insistiram para que D. Pedro voltasse a Portugal e mandaram Comandantes das Armas para várias das antigas capitânicas (agora províncias, desde a elevação do Brasil a Reino) mas D. Pedro resolveu ficar no Brasil e finalmente declarou o Brasil independente de Portugal (não mais sendo Reino Unido a Portugal, como antes),

elevando-o agora à categoria de Império, de que ele, D. Pedro, tornou-se o primeiro imperador.

No que se refere à educação, a Constituição outorgada em 1824 dizia que o ensino primário seria gratuito (nas escolas públicas, subentenda-se). Para efetivar este item da Constituição, D. Pedro, em 15 de outubro de 1827, baixou uma lei mandando criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e localidades mais populosas. Para saber quais existiam e quantas e onde seria necessário criar, enviou em 1828 uma circular aos presidentes das várias províncias indagando quantas escolas existiam financiadas pelo erário público, em que lugares estavam, e quais outras seria necessário criar, e em que localidades.

A primeira descrição de que dispomos sobre as várias escolas de primeiras letras existentes no município de Jaguaripe está na *Corografia* de Domingos Antonio Rebello e se refere ao ano de 1828, ano em que a lei de 15 de outubro de 1827 ainda não havia sido posta em prática. Nesta ocasião já existiam funcionando em Jaguaripe:

- [Na freguesia de N.Sra. d´Ajuda] uma aula de primeiras letras nacional (pública) e
- outra de Gramática Latina, também nacional.
- A freguesia de São Gonçalo e Senhor do Bonfim da Estiva (hoje Camaçandi) tinha uma aula de primeiras letras nacional (certamente a criada em 1812) e
- uma aula de Gramática Latina, particular.
- Na freguesia de Madre de Deus de Pirajuía havia uma aula de primeiras letras, particular.
- Em Santana da Aldeia (desde 1890 município de Aratuípe), naquela época pertencente a Jaguaripe, havia uma aula de primeiras letras nacional e
- em Nazaré (também território de Jaguaripe até 1831) uma aula de primeiras letras e
- uma de Gramática Latina, ambas nacionais.
- Em Santo Antonio de Jesus (desmembrado de Nazaré em 1880), uma aula de 1^{as} letras
- e uma de Gramática Latina, ambas particulares.
- em Santo Antonio de Jequiriçá uma de Primeiras letras nacional
- e uma de Gramática Latina particular
- Na freguesia de S. Miguel das Matas uma de primeiras letras nacional
- Uma de Gramática Latina Particular

Total em todo o território então pertencente ao município de Jaguaripe em 1828: 6 aulas de primeiras letras nacionais e 2 particulares, e 2 aulas de Gramática Latina nacionais e 4 particulares (NUNES,2006,p.244/5).

Quando, para fazer cumprir a lei de 15 de outubro de 1827 pediu-se aos presidentes de província que informassem quais as aulas já existentes e em que localidade, e quais as aulas que seria necessário criar e onde, a resposta, enviada em 1830, foi que, no que se refere ao então município de Jaguaripe, além das existentes, eram precisas ainda outras aulas de primeiras letras: uma na freguesia da vila de Jaguaripe, uma na povoação de Pirajuía, outra no arraial da Encarnação, uma na povoação da Estiva, uma na freguesia das Barreiras de Jacuruna, uma na povoação da Aldeia, uma na freguesia do arraial de Maragogipinho de Baixo, uma na povoação de Nazaré, uma no arraial da Conceição da outra parte do rio de Nazaré, uma no arraial da capela de Santo Antonio do padre Mateus e uma na freguesia de S. Miguel, no lugar da povoação da Laje (desmembrado de Aratuípe em 1905) Onze aulas de primeiras letras pedidas, todas masculinas (NUNES,2006,p.244/5).

Foi, no entanto, o decreto da Regência Trina datado de 16 de junho de 1832 que decidiu manter as aulas de primeiras letras já existentes na freguesia de N.Sra. da Ajuda de Jaguaripe, na de S. Gonçalo da Estiva, na de Santana d'Aldeia, uma em Nazaré e uma na povoação da Laje, freguesia de S. Miguel e criar mais seis para o sexo masculino: uma em Pirajuía e outra no povoado de Encarnação, uma em Barreiras de Jacuruna, uma em Maragogipinho de Baixo, uma na Conceição da outra parte do rio em Nazaré, e uma na capela denominada do padre Mateus e ainda criar uma aula de primeiras letras feminina em Nazaré (NUNES,2006,p. 244/5)

Abrangência da rede provincial de ensino em Jaguaripe

Com o Ato Adicional à constituição, emitido em 1834, foram criadas as Assembléias Legislativas Provinciais que ficaram encarregadas de legislar sobre o ensino primário e secundário nas respectivas províncias. Desde então, cabia a elas criarem as escolas, onde fossem necessárias. Como a Bahia já tivesse, desde 1832, instituído várias novas aulas primárias, a Assembléia Legislativa Provincial baiana começou legislando sobre ensino secundário, criando algumas aulas maiores, um Liceu Provincial e uma Escola Normal para a formação de professores primários.

Queremos lembrar que no Império formaram-se novos municípios, alguns dos quais desmembrados de Jaguaripe. Foi o caso por exemplo de Nazaré, que se desmembrou em 1832, e depois dele se separou o município de Santo Antonio de Jesus, pela lei provincial nº 1.952 de 29 de maio de 1880. No início da república, foi o município de Aratuípe que se separou de Jaguaripe em 7 de fevereiro de 1890, levando com ele o distrito de

Maragogipinho e a freguesia da Nova Laje, dele separada em 1905 para formar o município de Laje.

Elaboramos uma tabela, anexa a este texto, em que relacionamos as várias escolas primárias existentes no então município de Jaguaripe e para melhor seguimento dos fatos e visualização dos professores de cada escola, um quadro que anexamos ao presente trabalho com a relação das escolas primárias de Jaguaripe durante o tempo do Império (1822-1889) e, sempre que conseguimos informações, os professores para elas nomeados ou transferidos. Foram ao todo 14 escolas primárias masculinas, 8 femininas, uma masculina que se tornou mista (Porto da Telha) e uma criada mista no fim do império (Barreiras de Jacuruna). Por esta tabela acompanhamos a criação das várias escolas primárias e a nomeação, transferência ou permuta de professores que ocuparam cada uma delas (para algumas não conseguimos encontrar a nomeação de professores, o que às vezes pode significar não ter existido ela na prática, embora tivesse sido oficialmente criada).

Inspetores Paroquiais

Para verificar o trabalho dos professores, ver se efetivamente ministravam aulas, se seus alunos freqüentavam regularmente as aulas e se tinham o aproveitamento devido, etc. cada freguesia possuía Inspetores Literários que visitavam as escolas e mandavam relatórios regulares para o Diretor Geral de Estudos. Estes Inspetores eram sempre pessoas residentes no município, e de preferência alguma autoridade que aí exercia sua função como pároco ou juiz de paz, ou algum cidadão proeminente do lugar. Para melhor visualização do conjunto de dados obtidos nos Atos dos Presidentes de Província e identificação destes membros da chamada Comissão Literária de cada freguesia, elaboramos a seguinte tabela:

Tabela dos Inspetores Literários nomeados para Jaguaripe no tempo do Império

Lei/Res nº ou Ato	Data	LOCALIDADE	Inspetores Paroquiais
Ato Gov	26/10/1863	Freguesia de N. S. d' Ajuda de Jaguaripe	Nomeia Segefredo Ataliba Galrão
Ato gov	23/04/1864	Senhor do Bomfim da Estiva, termo de Jaguaripe	Nomeia Ten. Cel. Antonio Alexandre Pinto Supopira (<i>sic!</i>),
Ato Gov	13/04/1878	freguesia de Pirajuía	Demite vigário Manuel dos Santos Vieira
Ato Gov	15/05/1878	freg Pirajuía	Nomeia José Malaquias Soares Serpa
Ato Gov	18/05/1881	Jaguaripe - Freguesia de N.Sra. d' Ajuda	1º Juiz de Paz; vigário Gustavo Adolfo das Neves; Dr. Francisco Vicente Viana. (não aceitaram, ver 7/2/1882)
Ato Gov	18/05/1881	Jaguaripe - Freg. de N.Sra.da Encarnação de Pirajuía	1º Juiz de Paz; e os cidadãos João Batista de Brito Gramacho e José Malaquias Soares Serpa.
Ato Gov	18/05/1881	Jaguaripe: Freg. S.	1º Juiz de Paz; vigário Quintiliano Gonçalves

		Gonçalo do Sr. do Bomfim da Estiva	de Miranda;Cap. Antonio Nunes Sarmento.
Ato Gov	7/02/1882	freg. N.Sra. d'Ajuda de Jaguaripe	nomeados os cidadãos Feliciano Rodrigues Prates e Saturnino Rangel de Magalhães
Ato Gov	19/03/1883	Freg. da Encarnação	Nomeado Feliciano Rodrigues Prates 2º membro da Comissão Literária
Ato Gov	21/02/1885	freguesia de Pirajuia	Nomeado o cidadão Sabino de Brito Gramacho para 3º membro da Comissão Literária

Fonte: Arquivo Público da Bahia. Seção Colonial / Provincial. Secretaria de Governo – Atos de 1838 a 1889

Final do sec. XIX: República

Já com a República, o vice-presidente do Conselho Superior de Ensino, Ernesto Carneiro Ribeiro, substituindo o Diretor de Instrução Pública, Sátiro de Oliveira Dias, então como deputado estadual constituinte, apresentou ao governador o relatório da instrução pública relativo ao período de 19 de agosto de 1890 a maio de 1891 e nele mencionou, do ano de 1891, os atos: de 12 de março, que converteu em mistas as cadeiras da Estiva (Rel.RIBEIRO,1891,p.24), o de 24 de março que criou uma cadeira de sexo feminino em Salinas, freguesia de Pirajuía (*id.ibid.*p.26) e o de 30 de maio que criou , a pedido de habitantes do arraial de Mutá, município de Jaguaripe, uma cadeira mista de primeira classe no referido arraial (*id.ibid.*p.27).

Sabemos ainda, pelo relatório apresentado pelo Diretor Geral da Instrução Pública, Sátiro de Oliveira Dias, referente ao período de 1º de junho de 1891 a 31 de maio de 1892, do ato de 1º de julho de 1891 nomeando Angélica de Oliveira para a cadeira de primeira classe do arraial do Mutá, termo de Jaguaripe (DIAS,1892,p.3); e o ato de 23 de outubro de 1891 removendo, a pedido, Angélica Senhorinha Pereira Baião da cadeira do arraial dos Laços para a do arraial da Palma, termo de Jaguaripe (*Id.ibid.*,p.12).

Ainda houve um ato nº 212, de 2 de abril de 1891 determinando que a cadeira da povoação das Salinas, da freguesia de Pirajuía, a que se referia a relação anexa ao ato de 24 de março fosse considerada do sexo feminino e não mista, visto funcionar naquela localidade uma cadeira do sexo masculino com a matrícula regulamentar (manuscrito original no APEB, Seção Republicana, Secretaria de Governo, doc 1762 caixa 1764)

Em fins do século XIX a vila de Jaguaripe dedicava-se à indústria de cerâmica, possuía um estaleiro, e aí se criava gado de diferentes espécies, gêneros de subsistência, dendê, e se extraía piassava e madeiras de construção, exportadas em grande quantidade. Além da vila de Jaguaripe - com a matriz de N.Sra da Ajuda, num alto dominando a vila, a capela do Rosário em outra eminência, e a capela da Lapa à margem do rio da Estiva, (hoje da Dona) - o município contava com a povoação da Estiva, três léguas ao sul da vila com

boas casas e alguns sobrados e a matriz de S. Gonçalo e Senhor do Bonfim; nesta freguesia havia o povoado dos Prazeres, à margem esquerda do rio Jequiriçá, antiga aldeia de índios com capela, e mais os de Palma, Capão, S. Bernardo e Barra de Jequiriçá. Na freguesia d'Ajuda de Jaguaripe havia os povoados de Barra do Garcez, Piedade (com capela), Cainema, Mocujó e Barreiras de Jacuruna, com capelas. Na freguesia de Madre de Deus de Pirajuía, que também compunha o município de Jaguaripe, existiam outros povoados. Em todo o município havia na ocasião, segundo informa Francisco Vicente Viana, oito escolas, sendo duas na vila, duas na povoação de Pirajuía, uma no Mutá, uma em Barreiras de Jacuruna, uma na Estiva e uma na Palma, distrito dos Prazeres. (VIANA,1893,p.516-9)

O primeiro governador eleito diretamente na República foi **Joaquim Manuel Rodrigues Lima** que governou de 28 de maio de 1892 a 27 de maio de 1896. Natural de Caetitê, montou a máquina administrativa governamental e estruturou a Magistratura. Rodrigues Lima também teve como diretor de Instrução Pública a Sátiro de Oliveira Dias. No relatório de 22 p. sobre a Instrução Pública que apresentou em 15 de abril de 1894 ao governador, Sátiro Dias anexou relatórios a ele apresentado pelos diretores a si subordinados e Mapas das escolas dos vários distritos sua matrícula e freqüência. As escolas do atual município de Jaguaripe pertenciam ao 5º distrito e ele as coloca como subordinadas à comarca de Itaparica, (e o seriam mesmo, com a lei nº 94, de 5 de agosto de 1895) mencionando as seguintes:

Escolas do Município de Jaguaripe - 1894

Localidade	Sexo	Nome dos Professores	Matri	cula	Freqü	ência
			Masc	Fem	Masc	Fem
Arraial da Encarnação	Masculino	Diogenes Emeterio Carvalhal	46	-	30	-
Arraial da Encarnação	Feminino	Maria Augusta Correia Bonfim	-	25	-	16
Arraial do Porto das Telhas	Mista	Elvira Amelia dos Santos	22	4	10	2
Arraial da Conceição	Masculino	Firmino Francisco Santiago	30	-	10	-
Arraial da Conceição	Feminino	Felicidade Cristina da C. Tourinho	-	18	-	6
Freg.Madre Deus Pirajuía	Masculino	José Izidro de Andrade	44	-	16	-
Freg.Madre Deus Pirajuía	Feminino	Anna Lybia Duarte de Andrade	-	37	-	19
Arraial de Mutá	Mista	Angelica de Oliveira	23	21	16	14
Arraial dos Cações	Mista	Candida Rocha Simões	11	20	8	18
Povoaç.Barreiras Jacuruna	Mista	Maria Magdalena de Almeida	20	40	14	28
Arraial das Salinas	Masculino	Antonio Raimundo Caldas Penna	31	-	26	-
Arraial das Salinas	Feminino	Joana de Albuquerque Soares	-	22	-	14
Vila de Jaguaripe	Masculino	José Caetano Rodrigues Magalhães	70	-	25	-
Vila de Jaguaripe	Feminino	Carlota Moreira de Castro Amorim	-	30	-	12
Freguesia da Estiva	Mista	Henriqueta Maria da C.Moreira	11	19	?	?

Fonte: Relatório do diretor de Instrução Pública, 1894

A 24 de agosto de 1895 Rodrigues Lima aprovou a lei nº 117 reformando o ensino no Estado. O regulamento desta lei foi promulgado por ato de 4 de outubro do mesmo ano. O ensino primário foi entregue aos municípios, devendo observar as escolas de nível

primário a organização das anexas ao Instituto Normal (TAVARES,1968,p.43). A lei estabelecia que para exercer o magistério público primário elementar precisava-se ter diploma de aluno-mestre (formado, portanto, pela Escola Normal) e apresentar atestado de idoneidade moral passado pelos pais de família da localidade em que ia lecionar. Vedava aos professores primários o exercício de qualquer outra atividade ou profissão (TAVARES,1968,p.45).

A esta lei seguiram-se os atos de 4 de outubro de 1895, baixando instruções para o serviço da instrução pública primária do Estado, outro ato de 4 de outubro mandando observar as instruções para o serviço da instrução secundária e profissional do Estado, o ato de 10 de outubro dividindo o Estado em 24 distritos escolares e o ato de 17 de outubro criando duas Escolas Normais do sexo feminino, uma na cidade de Caetité e outra na cidade da Barra.

Sucedeu a Rodrigues Lima no governo da Bahia, **Luís Vianna**, que administrou o estado de 28 de maio de 1896 até 28 de maio de 1900.

Com as eleições municipais de 1898, tornou-se intendente de Jaguaripe o Padre Miguel Arcanjo dos Santos (até 1902, quando ocorreram as próximas eleições). Judicialmente, até 1898 Jaguaripe era citada no Almanaque do Estado da Bahia como termo da comarca de Nazaré (REIS,1898,p.246), apesar da lei nº 94, de 1895. Só a partir de 1899 é que Jaguaripe figura no Almanaque de Borges dos Reis como termo da comarca de Itaparica, tendo Antonio Joaquim da Costa Junior como seu juiz preparador (REIS,1899,p.253)

No governo Luís Vianna foi votada e ele sancionou a lei nº 296, de 12 de maio de 1899, que elevava a vila de Jaguaripe à categoria de cidade. Não se tratava de emancipação, pois Jaguaripe já era sede de município, mas, sendo cidade, as escolas de Jaguaripe passariam agora, de terceira classe que eram, para escolas de segunda classe, o que significava uma melhora salarial para os seus professores. É justamente esta elevação de vila a cidade que Jaguaripe comemora em seu feriado municipal de 12 de maio.

Pouco depois, a 20 de junho deste mesmo ano de 1899, a lei nº 306 autorizou o governo a auxiliar, pela verba de Obras Públicas com a quantia de oito contos de réis, os municípios de Jaguaripe e Aratuípe para terminarem as obras da estrada que unia as duas localidades.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

Originais manuscritos:

APEB (Arquivo Público do Estado da Bahia) - Seção de Arquivo Colonial e Provincial. Maço **963**. 1ª Seção - **Atos do Governo da Província, 1835-1848**. 371 p., sendo as 20 primeiras de índice.

APEB – Seção de Arquivo Colonial e Provincial – **Presidência da Província – Atos do Governo – 1860** – Maço **971**. 408 p. (as 25 primeiras, são de índice)

APEB – Arquivo Público do Estado da Bahia – Seção Colonial e Provincial – **Atos do Governo da Província** (originais) **1861**. Maço nº **972**. 581 p. sendo as 32 primeiras de índice.

APEB- Arquivo Público do Estado da Bahia – Seção de Arquivo Colonial e Provincial – Presidência da Província – **Atos do Governo da Província 1862**. Maço nº **973**. 423 p. sendo que as 25 primeiras de índice.

APEB (Arquivo Público do Estado da Bahia) Seção de Arquivo Colonial e Provincial – **Atos do Governo da Província, 1863**, maço nº **974**. 599 p., sendo as 46 primeiras de índice.

APEB – Arquivo Público do Estado da Bahia – Seção de Arquivo Colonial e Provincial – Presidência da Província – Governo – **Atos do Governo da Província 1864**. Maço nº **975**, 596 p., sendo as 55 primeiras de índice (a 1ª página só tem a metade da folha)

APEB – Arquivo Público do Estado da Bahia. Seção de Arquivo Colonial e Provincial. **Presidência da Província**. Atos do Governo da Província – **1865**. Maço nº **976**. 713 p mas as 77 iniciais são de índice.

APEB – Arquivo Público do Estado da Bahia – Seção de Arquivo Colonial e Provincial – **Presidência da Província – Atos do Governo da Província – 1866**. Maço nº **980**. 236p., sendo as 19 primeiras de índice.

APEB – Arquivo Público do Estado da Bahia. Seção de Arquivo Colonial e Provincial. **Presidência da Província**. **Atos do Governo da Província – 1867**. Maço nº **982**. 211 p., mas as 18 iniciais são de índice. 1ª Seção

APEB – Arquivo Público do Estado da Bahia – Seção de Arquivo Colonial e Provincial – **Presidência da Província – Atos do Governo – 1869**. Maço **990**. 346 p. sendo as 26 primeiras de índice.(pp292-97 índice dos Atos da 2ª seção

APEB – Arquivo Público do Estado da Bahia – Seção de Arquivo Colonial e Provincial – **Atos do governo da Província 1871**. Maço **995**. 322 p. sendo as 22 primeiras de índice. 1ª Seção. Pp.255-260 índice dos Atos da 2ª Seção

APEB – Arquivo Público do Estado da Bahia – Seção de Arquivo Colonial e Provincial – **Atos do governo da Província 1873**. Maço **1.003**. 424 p. sendo as 18 primeiras de índice. 1ª Seção. Da p.355 à 360, Índice dos atos da 2ª seção

APEB – Arquivo Público do Estado da Bahia – Seção de Arquivo Colonial e Provincial. **Atos do governo da Província 1874**. Maço **1.004**. 628 p. sendo as 36 primeiras de índice dos atos da 1ª seção. As pp. 514-520 são de índice dos atos da 2ª seção.

APEB - Arquivo Público do Estado da Bahia - Seção de Arquivo Colonial e Provincial – **Atos do governo 1876** Maço **1.010**. 447 p. sendo as 28 primeiras de índice. 1ª Seção (escolas, professores, inspeção de saúde, etc.) Pp. 395-400 Índice dos Atos da 2ª seção

APEB – Arquivo Público do Estado da Bahia – Seção Colonial e Provincial – **Atos do Governo da Província - 1878** Maço nº **1.016**. 555 p. sendo as 47 primeiras de índice da 1ª seção.

APEB - Arquivo Público do Estado da Bahia – Seção de Arquivo Colonial e Provincial – **Presidência da Província: Atos do Governo, 1879**. Maço **1.017**. 497 p. sendo 30 de índice da 1ª seção.

APEB – Arquivo Público do Estado da Bahia – Seção de Arquivo Colonial e Provincial – **Presidência da Província: Atos do Governo, 1880.** Maço nº **1.022.** 448 p. sendo as 26 primeiras de Índice dos Atos expedidos pela 1ª seção durante o ano de 1880. Pp. 380 a 383 são de Índice dos atos da 2ª Seção durante os anos de 1880

APEB – Arquivo Público do Estado da Bahia – Seção Colonial e Provincial – Fundo: **Presidência da Província – Governo. Série Atos do Governo da Província 1881.** Maço **1.024.** 431 p. sendo as 16 primeiras de índice da 1ª Seção. As p. 333-340 são de índice dos atos da 2ª seção.

APEB- Arquivo Público do Estado da Bahia - Seção de Arquivos Colonial e Provincial - **Atos do Governo da Província.** Ano de **1882.** Maço **1.026** – 269 p

APEB- Arquivo Público do Estado da Bahia - Seção de Arquivos Colonial e Provincial - **Atos do Governo da Província.** Ano de **1883.** Maço **1.028** - 193 p.

APEB - Arquivo Público do Estado da Bahia (Seção de Arquivos Colonial e Provincial) **Atos do Governo da Província.** Ano de **1884.** Maço **1.030** - Atos da 1ª seção. c/ índice 178 p.

APEB - Arquivo Público do Estado da Bahia (Seção de Arquivos Colonial e Provincial) **Atos do Governo da Província.** Ano de **1885.** Maço **1.034** - Atos da 1ª seção, com índice. 236 p.

APEB- Arquivo Público do Estado da Bahia (Seção de Arquivos Colonial e Provincial) **Atos do Governo da Província.** Ano de **1886.** Maço **1.036** - Atos da 1ª seção, c/ índice 278 p.

APEB- Arquivo Público do Estado da Bahia (Seção de Arquivos Colonial e Provincial) **Atos do Governo da Província.** Ano de **1887.** Maço **1.038** - Atos da 1ª seção. c/ índice 194 p.

APEB- Arquivo Público do Estado da Bahia (Seção de Arquivos Colonial e Provincial) **Atos do Governo da Província.** Ano de **1888.** Maço **1.042** - Atos da 1ª seção. c/ índice 154 p.

APEB - Arquivo Público do Estado da Bahia - **Seção de Arquivo Colonial e Provincial.** Maço **1.047** - **Atos do Governo da Província da Bahia de 1889.** 556 p. s/ índice. Atos da 1ª seção.

APEB, Arquivo Público do Estado da Bahia – **Seção Republicana, Secretaria de Governo,**. Caixa 1764, doc 1762.

Publicações:

Coleção das Leis e Resoluções da Assembléia Legislativa e Regulamentos do Governo da Província da Bahia sancionadas e publicadas **no ano de 1860. Vol. XIII** contendo os números 798 a 845. Bahia: Tip. Constitucional de França Guerra (ao Aljube nº 1), 1866. 235 p. + 36 de Resoluções s/ nº (Posturas de Câmaras Municipais), 46 p. de Regulamentos, 2 tabelas e 5 p. de índice.

Coleção dos Regulamentos, Instruções e Atos Expedidos pela Presidência da Província da Bahia, no ano de 1861. Volume XV. Bahia: Tipografia Constitucional, 1869. 259 p. + 3 tabelas e Atos expedidos pelo Presidente da Província em 1861, 110 p. + 16 de Índice.

Coleção dos Regulamentos, Instruções e Atos expedidos pela Presidência da Província da Bahia, e bem assim dos contratos com ela celebrados **no ano de 1861 – Parte II.** Bahia: Tipografia de Antonio Olavo da França Guerra, 1861 (numeração fragmentada, por Regulamento, e depois Atos expedidos pela Presidência da Província, 114 p.)

DIAS, Sátiro de Oliveira. **Relatório da Instrução Pública**, com 23 p., apresentado a 1º de abril de 1892 ao vice-governador do Estado, Joaquim Leal Ferreira, anexo à Mensagem por esta apresentada à Assembléia Geral Legislativa em 1892.

DIAS, Sátiro de Oliveira. **Relatório sobre a Instrução Pública no Estado da Bahia** apresentado ao governador Joaquim Manuel Rodrigues Lima. Bahia, Typografia e Encadernação do Diário da Bahia, 1894. 22 p. e vários anexos

Leis e Resoluções da Assembléia Legislativa da Bahia sancionadas e publicadas **no ano de 1872** de n°s 1.171 a 1.254. Bahia: Tipografia do *Correio da Bahia* (rua d'Alfândega nº 29), 1872. 192 p + 2 de tabelas e 14 de índice.

Leis e Resoluções da Assembléia Legislativa da Bahia, sancionadas e publicadas **do ano de 1874** contendo os números 1.350 a 1.447 : Bahia Imprensa Econômica – (Rua do Algibebe 22), 1875. 312 p. + XIV de índice

Leis e Resoluções da Província da Bahia de n°s 1.448 a 1.588 votadas **no ano de 1875**. Bahia: Imprensa Econômica (rua dos Algibêbes, nº 22) 1875. 460 p + XX de índice

Leis e Resoluções da Província da Bahia de n°s 1.801 a 1.856 votadas **no ano de 1878**. Bahia: Oficina Lito-tipográfica de J.G. Tourinho (Rua de Santa Bárbara nº 83), 1879. 191 p. e VII de índice.

Leis e Resoluções da Assembléia Legislativa provincial da Bahia de nº 1.949 a 2.140 do ano de **1880**. Bahia: Tipografia do Diário da Bahia (Largo do Teatro, 101), 1881. 405 p. mais 103 p e 5 quadros do Regulamento do Tesouro Provincial e 19 p. de índice.

Leis e Resoluções da Assembléia Legislativa Provincial da Bahia **de nº 2.584 a 2.644 do ano de 1888, seguidas de um Apêndice contendo o Regulamento para a cobrança da taxa das heranças e legados e sua quota. Bahia: Tipografia da *Gazeta da Bahia*, 1888. 182 p. mais 27 p. de Apêndice e 8 de índice.**

NUNES, Antonietta de Aguiar. Reminiscências da capitania de Paraguaçu: memória histórica de Jaguaripe nos séculos XVI e XVII in *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia* nº 92, p.267-286, jan/dez 1996.

_____. Centenário de elevação da primeira vila do Recôncavo baiano (Jaguaripe) a cidade in *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia* nº 95, Salvador, p. 153-196, 2000.

_____. A situação educacional baiana no final do 1º Império brasileiro (1828-1832) publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* ano 167 nº 431, p. 223-256, abr/jun 2006.

REBELLO, Domingos Antonio. “Corografia , ou abreviada História Geográfica do Império” in *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia* nº 56, 1929, pp. 5-235

REIS, Antonio Alexandre Borges dos. **Almanak Administrativo, Indicador, Noticioso, Comercial e Literário do Estado da Bahia para 1898**. Bahia: Wilcke, Picard & C., 1898. 495 p.

_____. **Almanak Administrativo, Indicador, Noticioso, Comercial e Literário do Estado da Bahia para 1899 – Segundo ano**. Bahia: Editores Wilcke, Picard & C., 1899. 642 p.

RIBEIRO, Ernesto Carneiro. Relatório da Diretoria Geral da Instrução Pública, 30 p. apresentado ao governador José Gonsalves da Silva em 1891 in **BAHIA, Relatórios apresentados ao Exm.Sr. governador Dr. José Gonsalves da Silva pelas diversas repartições do Estado**. Bahia: Typ.e Enc. do Diario da Bahia, 1891.

SILVA, Ignacio Accioli de Cerqueira e, Cel. **Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia**. Anotadas por Braz do Amaral. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1931. Vol. III, 561 p.

TAVARES, Luís Henrique Dias. **Duas reformas da educação na Bahia: 1895-1925.** Salvador: Centro Regional de Pesquisas Educacionais da Bahia (MEC), 1968. 63 p. (Série Estudos e Pesquisas)

VIANA, Francisco Vicente. **Memória sobre o estado da Bahia.** Bahia: Tipografia e Encadernação do “Diário da Bahia”, 1893. 647 p mais XXV de índice e 5 quadros anexos.

VILHENA, Luís dos Santos. **A Bahia no século XVIII.** Notas e comentários de Braz do Amaral. Salvador: Ed. Itapuã, 1969. 3 vols. (especialmente Carta Oitava, sobre Educação, vol. I, p. 271-292). Apresentação por Edison Carneiro e Prefácio de Braz do Amaral.

Escolas	Nomeação prof	Transferência / Exoneração	De que escola	Data	Vitaliciedade/ Promoção	Observação
Jaguaripe Masc	Servulo José Fernandes Hermenegildo José Barbosa Bernardo José de Queiroz Bernardo José de Queiroz José Francisco Esteves Lisboa Rafael Rodrigues Cardoso “ “ “ Antonio Bahia da Silva Araújo “ “ “ “ “ José Ferreira A. dos Santos “ “ Alvares “ “ “ “ “ “ “ Francisco de Assis Regis “ “ “ “ “ JoaquimdeSouzaMascarenhas “ “ “ Jr. Jorge Ferreira João Firmino Lopes “ “ “ José Leite Barbosa Miguel Querino Bastos	Foi p/Conceição de Jacuipe Para Cad. 2ª cl. Maragogipe Foi para Estiva Veio de Estiva Exonerado Exonerado Veio de Marauí Foi para Pojuca Veio de Pojuca Foi para Cachoeira Veio de Candeias Foi p/ Nazaré Foi p/ Nova Laje Veio de Nova Laje Veio de arr.Cocão-Nazaré Veio S.José das Itaporocas	Veio de Pirajá Veio de Camamu	07/06/1845 14/03/1865 18/04/1865 24/02/1866 13/11/1867 13/11/1867 11/02/1869 11/02/1869 16/02/1869 09/03/1869 12/06/1871 09/01/1878 09/01/1878 23/02/1878 23/02/1878 13/11/1878 22/02/1883 22/02/1883 18/06/1885 20/06/1885 24/03/1888	Promoção por acesso A pedido Recebeu vitaliciedade Removido por acesso Removido por acesso Jubilado	Por alienação mental
Jaguaripe Fem	Emilia Mª Barbosa Mariinha Francisca Azevedo Carolina Leopoldina Capirunga Umbelina Germana Genê “ “ “ Júlia Brasília da Silva Maia Umbelina Germana Genê Carlota Moreira de C. Amorim	Veio de Caravelas Aprov.concurso Itapuã Removida para Itaparica Veio de Sto.Amaro Ipitanga Foi para Igrapiúna Veio de Igrapiúna		13/08/1860 a23/2/1869 23/02/1869 13/11/1873 22/07/1874 24/07/1874 29/02/1876 11/04/1881		Titular da cadeira No impedimento da titular Profª efetiva Anulado em 01/08/1874 Voltou Julia Brasília p/ Sto Amaro Ipit. Extinta cad. Fem. Jaguaripe A pedido
Pirajúia Masc	Pedro José Antunes João José de Santana “ “ “ “ José Isidro de Andrade	Veio de Encarnação Foi para o Rio das Éguas Veio do Rio das Éguas		15/10/1862 16/04/1874 03/02/1880 03/02/1880	Vitaliciedade	(Faleceu Pedro José Antunes)

Escolas	Nomeação prof	Transferência / Exoneração	De que escola	Data	Vitaliciedade/ Promoção	Observação
Pirajuía Fem	Ana Guimarãesde O.Galvão “ “ de Oliveira “ Leopoldina M ^a de Santana “ “ “ “Andrade Ana Líbia Ribeiro Duarte	Veio de Xique-Xique Foi p/ Vila Viçosa Veio de Vila Viçosa Foi p/Ribeira do Conde Veio de Ribeira do Conde		04/10/1878 23/03/1880 23/03/1880 07/06/1882 07/06/1882		
Encarnação Masc	João José de Sant´Ana Luiz Taparica Luiz Taparica João Aires da Silva João Aires da Silva “ “ “ “ Fidelcino Agapito de Andrade “ “ “ “	Veio de Serapuí Foi para Itapemba Veio de Itapemba, frg Saubara Foi p/ Barreira de Jacuruna Veio de Barreira de Jacuruna Foi para a vila do Conde		18/04/1865 16/04/1874 27/12/1876 27/12/1876 12/03/1880 15/07/1880 15/07/1880 21/02/1884	Vitaliciedade Vitaliciedade	
Encarnação Fem	Hermelinda Claudia Pimentel “ “ “ “ Manuela Kantak dos Reis “ “ “ “ M ^a Augusta Correia Raposo	Foi p/ Cachoeira Veio de Xique-Xique Foi p/ S. Felix em Valença Veio de S. Feliz em Valença		12/02/1878 04/10/1878 04/10/1878 05/08/1886 05/08/1886	Vitaliciedade	Removida por acesso A pedido
Pov. De Conceição de Pirajuía, termo de Jaguaripe Masc.	M ^{el} Aestes Idomeneud Fonseca Firmino Francisco de S.Tiago	Foi p/ pov. do Onha Veio da pov. do Onha		04/05/1887 04/05/1887		
Pov. De Conceição de Pirajuía, termo de Jaguaripe Fem.	Francisca de Andrade Bastos Joana Mariada Silva Marrocos Joana Mariada Silva Marrocos Emília Antonia Rodrigues Cristiana de Campos Pereira	Foi p/ Santana de Lustosa Veio de Santana de Lustosa Foi p/ arr da Pitanga Foi para Parafuso Veio de Sto Ant ^o da Glória		30/07/1880 30/07/1880 18/01/1886 13/03/1888 11/06/1888		A pedido
S.G.e Sr.Bonfim de Estiva - Masc	Patrício Paes de Figueredo Rafael Rodrigues Cardoso José Francisco Esteves Lisboa Antonio da Cunha Couto Hermilo Vitor de Queiroz “ “ “ “ Hermilo Vitor de Queiroz Francisco Manuel de Azevedo	Foi para Jaguaripe Veio de Jaguaripe Foi p/ Vila Viçosa	Foi p/ Igrapiúna	17/10/1845 13/11/1867 13/11/1867 02/04/1869 06/04/1869 24/02/1874 17/05/1878 03/11/1888	Vitaliciedade	suspensão por abandonar a cadeira Nomeado substituto Nomeado efetivo por concurso A pedido

	Carlos BastosGomes da Silva			15/11/1888		Prof. Avulso
Escolas	Nomeação prof	Transferência / Exoneração	De que escola	Data	Vitaliciedade/ Promoção	Observação
S.G. e Sr.Bonfim de Estiva Fem	Anisia Augusta do Vale Ana Amália de Carvalho Ana Amália de Carvalho Henriqueta Maria de Castro	Veio de Água Quente Nomeada prof. vitalícia Foi para Socorro Veio do Socorro		01/09/1880 16/12/1885 04/05/1887 04/05/1887		Aluna Mestra
Barreiras de Jacuruna Masc (freg. Santo Amaro do Catu)	Joaquim Olegário S Campos “ “ da Silva “ Gregório Aureliano Galvão “ “ “ Fidelcino Agapito de Andrade “ “ “ “ João Aires da Silva	Veio de StaLuzia do Barracão Foi p/Bom Despacho Feira S. Veio de Xique-Xique Foi p/ Vila Viçosa Veio de Vila Viçosa Foi p/ Encarnação Veio de Encarnação		05/09/1874 01/05/1878 01/05/1878 23/03/1880 23/03/1880 15/07/1880 15/07/1880 24/08/1881		A pedido A pedido Cadeira.transferida para o arraial de Catu, mesma freguesia
Barreiras de Jacuruna Fem	Maria Madalena de Almeida			12/06/1889	Vitaliciedade	
Maragogipinho Fem.	Maria Daria da Silva Geraque	Veio do arraial da Lapa em Santo Amaro		03/11/1889		

FONTES:

Coleção das Leis do Império do Brasil de 1832 – Parte 1ª - Atos do Poder Legislativo. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1874. 242 p. -

Decreto de 16 de junho de 1832 – Criando várias escolas de primeiras letras em diferentes comarcas da Província da Bahia, p. 5 Da Col. Leis Imperiais 1832

NUNES, Antonietta de Aguiar. A situação educacional baiana no final do 1º Império brasileiro (1828-1832) publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* ano 167 nº 431, p. 223-256, abr/jun 2006.

REBELLO, Domingos Antonio. “Corografia , ou abreviada História Geográfica do Império” in *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia* nº 56, 1929, pp. 5-235

SILVA, Ignacio Accioli de Cerqueira e,Cel. **Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia**. Anot.p/Braz do Amaral. Bahia:Imprensa Oficial do Estado, 1931.Vol.III, 561 p.